

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 739

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento da Prefeitura Municipal de Angelina para o exercício de 1997, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.993.500,00 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, quinhentos reais), a preços de agosto de 1996.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	R\$ 1.742.500,00_
1.1 Receita Tributária	R\$ 104.500,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$ 10.000,00
1.3 Receita Agropecuária	R\$ 8.000,00
1.4 Receita de Serviços	R\$ 11.000,00
1.5 Transferências Correntes	R\$ 1.601.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 8.000,00
2. <u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	R\$ 251.000,00
2.1 Operações de Crédito	R\$ 42.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$ 20.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$ 188.000,00
2.4 Outras Receitas de Capital	R\$ <u>1.000,00</u>
T O T A L	R\$ 1.993.500,00

Art. 3º - A Despesa será realizada em conformidade com os anexos integrantes desta Lei, por órgãos, funções, programas, sub-programas, projetos, atividades e elementos de despesa, distribuídos da seguinte maneira:

1. <u>DESPESAS POR ÓRGÃOS</u>	
01 - Câmara de Vereadores	R\$ 61.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	R\$ 121.500,00
03 - Depto Administ.Finanças	R\$ 145.000,00
04 - Depto Educ.Saúde Assist.Soc. Cultural e Esportes	R\$ 708.750,00

05 - Depto Transp.Obras Serv.Pub	R\$	558.500,00
06 - Depto Agric.Meio Amb. Ind. Comércio e Turismo	R\$	218.000,00
07 - Encargos Gerais	R\$	150.250,00
08 - Reserva de Contingência	R\$	<u>30.500,00</u>

T O T A L R\$ 1.993.500,00

2. DESPESAS POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	61.000,00
03 - Administração Palnejamento	R\$	338.000,00
04 - Agricultura	R\$	218.000,00
05 - Comunicações	R\$	7.000,00
07 - Desenvolvimento Regional	R\$	14.250,00
08 - Educação e Cultura	R\$	510.750,00
10 - Habitação Urbanismo	R\$	68.700,00
13 - Saúde Saneamento	R\$	148.000,00
15 - Assistência Previdência	R\$	111.500,00
16 - Transportes	R\$	485.800,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	<u>30.500,00</u>

T O T A L R\$ 1.993.500,00

3. DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.458.000,00
Despesas de Custeio	R\$	1.338.200,00
Pessoal	R\$	696.000,00
Material de Consumo	R\$	351.700,00
Serviços Terceiros e Encargos	R\$	289.500,00
Diversas Despesas de Custeio	R\$	1.000,00
Transferências Correntes	R\$	119.800,00
Transf. Integovernamentais	R\$	3.000,00
Transf. a Instituições Priv.	R\$	14.250,00
Transferências a Pessoas	R\$	59.050,00
Encargos da Dívida Interna	R\$	31.500,00
Cont.Form.Pat.Serv.Pub-PASEP	R\$	12.000,00

DESPESAS DE CAPITAL	R\$	505.000,00
Investimentos	R\$	456.000,00
Obras e Instalações	R\$	232.000,00
Equipamentos Mat. Permanente	R\$	224.000,00
Inversões Financeiras	R\$	9.000,00
Aquisição Mat.p/ Revenda	R\$	5.000,00
Const.Aum.Cap.Emp.Com.ou Finac.	R\$	4.000,00
Transferências de Capital	R\$	40.000,00
Amortização da Dívida Interna	R\$	40.000,00
Reserva de Contingência	R\$	<u>30.500,00</u>

T O T A L CR\$ 1.993.500,00

Art.4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a suplementar por ato do Executivo Municipal, as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art.5º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei e realizar em qualquer mês do exercício Financeiro, Operações de Crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa.

Único: Excluem-se desse limite, os Créditos Adicionais Suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no Exercício e aqueles decorrentes do disposto no artigo 5º desta Lei.

Art.6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Estadual e Federal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.7º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 1997 a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 15 de outubro de 1996.

AILTON LAUDELINO ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL